

## SÍNDROME DE IRLLEN: CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCADORES

Lucinéia Soares da Silva<sup>1</sup>

Adriano Ramos de Souza<sup>2</sup>

Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina

Eixo Temático 5: Formação de Professores

### RESUMO

A Síndrome de Irlen (SI) é um transtorno visuoperceptual ocasionado pela incapacidade de adaptação à luz e que provoca déficit no córtex visual, causando desconforto durante a leitura a partir de distorções do texto. Nessa pesquisa objetiva-se entender se o conhecimento dos profissionais da educação a respeito da síndrome de Irlen pode auxiliar alunos que possuem dificuldades de leitura, bem como compreender quais desafios o diagnóstico tardio pode trazer para o indivíduo em idade escolar. Busca-se contribuir para a orientação de profissionais da educação quanto a identificação da Síndrome de Irlen. Discute-se a Educação Inclusiva e Especial e o atendimento a esses alunos; compreender a perspectiva sócio educacional do sujeito com Irlen. Na metodologia utilizou-se da análise qualitativa com características exploratórias, trazendo como método um estudo de caso. Os resultados obtidos apontam a necessidade de mais informações acerca da Síndrome de Irlen; um diagnóstico tardio pode elencar uma diversidade de desafios à vida social e educacional do indivíduo e o educador precisa estar atento ao comportamento do aluno em sala de aula. Concluímos que esta pesquisa nos proporciona orientações quanto ao diagnóstico e intervenção precoce daqueles que possuem Síndrome de Irlen, bem como nos provoca a discutir a política de inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Síndrome de Irlen. Educação Inclusiva. Educadores.

### 1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Irlen (SI) é um transtorno visuoperceptual provocada pela dificuldade de adaptação à luz causando desconforto visual e distorções ao ler. Durante a leitura, o cérebro tende a processar as informações. Se quem está

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina. [lucineias2leo@outlook.com](mailto:lucineias2leo@outlook.com)

<sup>2</sup> Professor Mestre, no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina. [adriano.souza@ifes.edu.br](mailto:adriano.souza@ifes.edu.br)

lendo não consegue enxergar corretamente, as informações chegarão confusas e o processamento poderá ser comprometido.

Considerando a escassez de pesquisas e divulgação da SI, essa pesquisa se justifica pela necessidade de potencializar o conhecimento do educador sobre como esta Síndrome pode afetar os sujeitos em múltiplas dimensões, independentemente da idade ou da etapa da educação formal ao qual estão inseridos.

O objetivo geral desse trabalho é contribuir para a orientação de profissionais da educação sobre a identificação da Síndrome de Irlen. Buscando discutir a Educação Inclusiva e Especial e o atendimento à Síndrome de Irlen; compreender a perspectiva sócio educacional do sujeito com SI a partir de um estudo de caso.

Na revisão de literatura utilizou-se os seguintes referenciais teóricos: Marcos José da Silveira Mazzotta (2011), Maria Tereza Eglér Mantoan (2015), Dra. Márcia Reis Guimarães (2013; 2016) e Laura Nequini Faria (2011).

Esta proposta não tem a intenção de capacitar profissionais da educação, mas de problematizar as práticas educativas, a partir da reflexão e exercício de um olhar mais sensível e dialógico sobre desafios enfrentados por alunos que possuem a SI e que desconhecem suas interferências. Contribuindo na indicação de caminhos possíveis para identificar a SI.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Não se pode desvincular a Educação do seu contexto e para problematizar a realidade é necessário conhecer os traços históricos de determinadas situações, como é o caso da Educação Especial. Dito isso, faremos uma breve linha do tempo.

No Séc. XV, d. C., com o surgimento do cristianismo, acreditavam-se em castigos divinos, pois a ciência ainda não explicava as causas das deficiências naquela época, já que o homem era tido pela igreja imagem e semelhança de Deus. Todos que possuíam “imperfeições” não estariam aptos a pertencer a uma sociedade predominantemente “completa” em suas características físicas e mentais, visto que, “[...] não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana” (MAZZOTTA, 2011, p. 16).

No séc. XVIII, a ciência passou a se desenvolver e descobrir as causas de algumas deficiências. As pessoas com necessidades específicas (NE) começaram a ser tratadas como doentes em busca de uma cura a partir da “medicina moderna”. Nessa época, elas já não eram abandonadas à própria sorte e nem consideradas castigo divino, mas como pessoas que precisavam ser “iguais” a partir da “cura”, retornando ao convívio social dito “normal”. Nessa perspectiva, os manicômios e hospitais se tornaram os lugares ideais para abrigarem os NE durante o seu processo de “cura”.

No séc. XIX, iniciam-se as discussões para a integração das pessoas com NE na sociedade contemporânea. “Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais [...]” (MAZZOTTA, 2011, p. 17). Uma das contribuições mais significativas foi a do médico francês Jean Marc Gaspard Itard que trabalhou com uma criança que possuía retardo mental grave e foi abandonado pelos pais. “[...] Itard obteve êxito em conseguir que o menino controlasse suas ações e lesse algumas palavras [...]” (MAZZOTTA, 2011, p. 22).

No Brasil, segundo Mazzotta (2011), a Educação Especial foi marcada em 1854 pelo decreto nº 1.428 de Dom Pedro II, que fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, e mais tarde passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC). Dom Pedro II também fundou o Imperial

Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, que pela Lei nº 3.198 passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), uma vez que nem todo surdo é, necessariamente, mudo. Estas criações deram expansão para a abertura de diversos Institutos para atendimento educacional especializado em vários estados brasileiros, dentre eles o Instituto Pestalozzi, especializado em pessoas com doenças mentais, e o surgimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 4.024/61, vem afirmar o direito dos Excepcionais a Educação em seus artigos 88 e 89, pontuando que:

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade;

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).

Para Mazzotta (2011), a expressão “sistema geral de educação” pode ter duas conotações: na primeira ele entende que a educação dos excepcionais pode estar vinculada em ambas as educações, comum e especial. Na segunda, pode revelar que o não adequamento ao “sistema geral” implicará no encaixe à Educação Especial, ficando, portanto, isolada da educação comum. Assim, a lei nº 5.692/71 vem para revogar a 4.24/61 dizendo dar “tratamento especial” às crianças com deficiência física ou mental.

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Estas leis definiram o público-alvo, mas não especificaram como e nem por quem seriam realizados esses tratamentos. Assim, a Lei 9394/96 garante, em

seu capítulo V, um tratamento específico para a Educação Especial. No Art. 58. “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 19).

A Declaração de Salamanca (1994) é o ponto de partida para a estruturação de políticas educacionais voltadas à Educação Especial. Nela, as escolas devem buscar diversas maneiras para que a educação contemple e inclua todas as crianças, independentemente de sua condição de vida econômica, política, social, intelectual. Posteriormente surge a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE – EI, 2008). Esta veio para garantir a inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, constituindo, o público-alvo da Educação Especial.

O direito à inclusão escolar desse público é fortalecido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), que conta com profissional capacitado para dar apoio de Suplementação e Complementação no desenvolvimento escolar funcionando em contraturno do ensino comum. Os professores de AEE deverão ser submetidos à qualificação para se ensinar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Braille, construção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos a partir da especificidade do aluno, além do uso das tecnologias de assistência aos educandos.

Portanto, uma escola inclusiva não objetiva mudar o aluno, mas procura voltar suas práticas diárias para atendê-lo em suas especificidades. “[...] Na escola inclusiva, temos de acreditar que a teoria socioconstrutivista de fato funciona e que as diferenças entre os sujeitos de um grupo é que promovem o desenvolvimento [...]” (RAMOS, 2010, p. 69).

Formar professores inclusivos “[...] implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto

excludente do nosso ensino, em todos os níveis” (MANTOAN, 2015, p. 81). E para que essa formação seja completa e constante “[...] é preciso que se pense na inclusão, não somente como processo de assistência, mas como ação humana e social [...]” (RAMOS, 2010, p. 117). Para que haja uma verdadeira “pedagogia da diferença”<sup>3</sup>, como afirma Mantoan (2015), é necessário potencializar o espírito transformador docente que possibilitará uma “ação humana e social”, como nos propõe Ramos (2010), ação essa que valoriza as diferenças sem compará-las com modelos sociais do “ser igual” já estabelecido.

Entretanto, devemos chamar atenção para o fato de a PNEE – EI (2008) não trazer como público-alvo a SI, o que potencializa a invisibilidade dessa síndrome no meio educacional, uma vez que o sistema de educação se dobra a legislação.

## 2.2 DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM RELACIONADOS A VISÃO:

### SÍNDROME DE IRLLEN

O ato de aprender a ler é importante para o ser humano, porém, a fase da alfabetização pode ser incômoda para crianças que possuem dificuldades de identificar as palavras. A leitura necessita da concentração e movimentação ocular ao longo das linhas do texto e muitas vezes por falta de informação/conhecimento, acabamos forçando as crianças, que diante dos desafios, perdem o interesse na leitura.

A movimentação dos olhos é realizada três pares de músculos antagônicos que orientam os olhos nos movimentos verticais, horizontais e oblíquos. Diversos movimentos podem ser descritos e identificados, porém os mais frequentes e pertinentes para os sistemas de registro dos movimentos dos olhos são os chamados movimentos sacádicos (FARIA, 2011, p. 25).

---

<sup>3</sup> Mantoan (2015, p. 87) entende como pedagogia da diferença aquela que valoriza as diferenças de todos os educandos sem estigmatizá-los, ou seja, a diferença potencializa a inclusão ao passo que os educandos são concebidos como pessoas que podem superar suas barreiras. Logo, o educador não se preocupa em decidir sobre a capacidade de o aluno aprender ou igualá-lo aos outros, mas o incentiva rumo à superação de seus desafios. Aqui, o que importa é o processo da aprendizagem e não a sua quantificação.

Segundo Faria (2011), os movimentos sacádicos são os “saltos” que os olhos dão durante a leitura, chamados de “sacadas”. São movimentos rápidos e nem sempre perceptíveis a quem está lendo, pois se dão de maneira involuntária à medida que a leitura ocorre da esquerda para a direita a partir da fixação. Caso haja movimento contrário, ocorrerá dificuldade em processar a informação, e, conseqüentemente, a falta de interpretação.

Segundo Guimarães ([entre 2000 e 2011]) as pesquisas da Fundação Hospital dos Olhos de Belo Horizonte, MG, começaram a ser aprofundadas com visitas a centros de estudos internacionais, sendo construído um protocolo clínico neurovisual para esse grupo específico de pessoas chamado de Distúrbios de Aprendizagem Relacionados à Visão (DARV). Para detectar esses distúrbios é feito uma avaliação sobre a movimentação dos olhos durante a leitura e a incidência de sobrecarga visual que tende a afetar diferentes áreas cognitivas e sociais do ser humano.

Segundo a Fundação Hospital dos Olhos, crianças com a SI enxergam as palavras em fundo branco com distorções (onduladas, borradas, embaçadas, trêmulas), e isso causa dificuldade de leitura e desânimo. As Figuras de 1 e 2 abaixo representam algumas dessas distorções:

Figura 1 - Embaçado



Fonte: FUNDAÇÃO H. OLHOS. Efeitos de distorção.<sup>4</sup>

Figura 2 - Ondas acentuadas



Fonte: FUNDAÇÃO H. OLHOS. Efeitos de distorção.

Devido às distorções ocorrem desconfortos durante a leitura como o cansaço, dor de cabeça, olhos lacrimejando, náuseas, desmaios, caracterizando alguns dos sintomas da SI. Para o diagnóstico é preciso passar por testes e exames específicos que identificam o grau e quais cores de *overlay* ou dos óculos serão necessárias. *Overlay* são sobreposições ou filtros transparentes coloridos que, ao serem colocados sobre o texto, ajudam na leitura diminuindo as distorções visuais.

A seleção do *Overlay* é feita por um profissional especializado (*screener*) na detecção da SI. Esses testes são realizados no Hospital dos Olhos em Belo

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://fundacaoholhos.com.br/efeitos-de-distorcao/>>. Acesso em: 21 set. 2018.



Horizonte, MG, por meio de uma indução de estresse visual, a partir do método Irlen, o protocolo *Irlen Perceptual Scale* (IRPS) que é composto por questionários para triagem da SI. São realizadas, leituras de textos para identificar e selecionar a *overlay* com cor específica de acordo com o grau de severidade da SI. A última etapa do método é a parte em que o indivíduo reconhece qual ou quais distorções visuais ele possui.

Entende-se que a SI pode afetar qualquer pessoa e somente testes oftalmológicos de correção refracional, não detectam essa condição. Segundo Guimarães M.; Guimarães (2016), a oftalmologia ainda possui resistência em aprofundar seus estudos em questões neurológicas e de processamento cerebral, ficando estagnados a uma formação e especialização em somente uma área específica, transferindo a responsabilidade das outras áreas para neurologistas, psicólogos, psiquiatras e psicopedagogos.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de análise qualitativa, com características exploratórias, que partiu de uma pesquisa bibliográfica de produções acadêmicas como dissertações, artigos e livros. Na sequência, utilizou-se como método um estudo de caso (com uma aluna do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina). Foi utilizado o estudo de caso descritivo que compreende “[...] descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre [...]” (YIN, 2005, p. 34). Para fins de identificação a pessoa da pesquisa será mencionada como ENTREVISTADA 9.

### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Durante 4 anos e meio, no Curso de Pedagogia do IFES Itapina, acompanhei a trajetória, desafios e superações da entrevistada que motivou essa pesquisa. Iniciamos a faculdade em 2016 e desde então nossa relação foi de troca de experiências e trabalhos realizados coletivamente. Lembro que apresentava dificuldades quanto à apresentação de trabalhos, ficava nervosa, esquecia o

que precisava falar. Em 2017, ela foi diagnosticada com SI. Um tempo após o diagnóstico, ela me disse que tinha a Síndrome e por isso tantas dificuldades. Foi então que eu me interessei pelo tema, quando “me apaixonei” pela condição do meu estudo de caso.

#### 4.1 A INFÂNCIA

A entrevistada 9 tem 23 anos, atualmente mora sozinha, cursa Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina e está ingressando em uma pós Graduação em Neuro psicopedagogia clínica. Afirma que gosta de estar com a família, se divertir com os amigos, aproveitar a vida da melhor maneira. Descreve-se como uma pessoa extrovertida, comunicativa, embora tímida em alguns momentos.

Sua infância foi marcada pelas diversas brincadeiras que realizava com os vizinhos e colegas, tais como: esconde-esconde, pular, correr, escolinha. Sempre que caía, se levantava e seguia brincando. Entende que sua infância, mesmo com alguns desafios, foi muito feliz.

#### 4.2 A FAMÍLIA/ESCOLA

Estudou em escola pública durante todo o período da educação básica, e sua família, em especial sua mãe, estava sempre presente em todas as lições de casa e reuniões escolares.

Por motivos pessoais (a entrevistada optou por ocultar), sempre mudava de escola, o que para ela era um dos maiores desafios, pois, com a mudança também alterava os conteúdos a serem aprendidos e as relações interpessoais, o que necessitava uma readaptação às novas rotinas e realidades impostas.

Ela conta que sempre foi espontânea e extrovertida, fazia amizade fácil, sempre se colocou à frente das questões da turma, vindo a se transformar em líder. O que, segundo ela, ajudou muito com a timidez.

Algumas matérias escolares, como a matemática, não eram desejadas. Segundo ela “[...] em todo tempo fui literalmente de humanas e nada de exatas [...]”, embora também passasse por dificuldades em Língua portuguesa na 7ª Série do ensino Fundamental. Foi então que começou seu desafio para atingir nota suficiente para passar de ano, fazendo aulas particulares e se esforçando muito.

Ao longo de sua experiência no âmbito escolar, ela passou por diversas situações por vezes prazerosas, outras desafiadoras nas constantes mudanças de escolas. As dificuldades de aprendizagem passaram a, cada vez mais, vir à tona e a culpa caía nas constantes transferências de ambiente escolar, apesar de se adaptar rápido a todas elas.

Uma de suas frustrações era o fato de ler, reler e não conseguir entender. Ela relata que era como se algo estivesse “fora do lugar”. Com uma vida marcada por dificuldades, distrações, recuperações e conseqüentemente frustrações por ver seus colegas lendo, dialogando e escrevendo sobre o assunto, ela se sentia angustiada o que, no futuro, ocasionou problemas psicológicos, como a ansiedade generalizada e a baixa autoestima. Ela sabia ler, mas algo acontecia com o texto no papel que não conseguia explicar. As letras se mexiam, pulava linhas, olhos lacrimejavam, tinha fortes dores de cabeça, náuseas, vertigens, ficava inquieta, não conseguia se concentrar. Esse problema se estendeu desde a alfabetização até a vida acadêmica.

O tão “temido” Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a fazia se questionar sobre sua capacidade de fazê-lo, devido ao grande conteúdo e a necessidade de uma maior concentração e leitura por tempo prolongado. “[...] leitura para mim sempre foi sinônimo de tortura, de dor, de cansaço” (ENTREVISTADA 9, 2020). Pode-se imaginar a angústia e a frustração devido ao fato de que no ensino médio o educando começa a pensar sobre seu futuro profissional e educacional.

### 4.3 A DESCOBERTA DA SÍNDROME DE IRLLEN

Em 2017, começou a trabalhar no Instituto de Aprimoramento Fonoaudiológico e Educacional (INAFE) na cidade de Colatina/ES, onde atua até os dias atuais como professora. Neste ano, aos 19 anos, foi diagnosticada com SI e apresentava grau severo. A descoberta da Síndrome foi um grande alívio para a entrevistada, pois suas dificuldades de aprendizagem agora tinham um motivo e uma solução. Algo simples, que se identificado desde a infância poderia ter colaborado de maneira significativa em seu processo de aprendizagem.

Com o uso dos filtros (*overlay*), inicialmente na cor salmão e, algum tempo depois, na cor roxa, ela sente que sua leitura, compreensão, desconfortos e distorções do texto desapareceram. E, agora, entende a importância do diagnóstico que recebeu, pois suas dificuldades possuem identificação e intervenção. As crises de ansiedade e desmaios, por causa de muita luminosidade dos ambientes, agora tinham solução.

Hoje em dia, a entrevistada ajuda crianças, que assim como ela, possuem dificuldades. Conforme mencionou “[...] só quem vive sabe a humilhação e a frustração de sentir-se incapaz de realizar um simples ato: a leitura” (ENTREVISTADA 9, 2020).

Ao finalizar, solicitei a entrevistada que deixasse um comentário relevante aos profissionais da educação. Ela desabafou da seguinte maneira: “[...] Síndrome de Irlen existe sim e precisa ser mais discutida, estudada, falada, debatida. É uma coisa tão simples, mas que faz uma diferença gigantesca na vida de uma pessoa” (ENTREVISTADA 9, 2020).

## **5 SÍNDROME DE IRLLEN: CONTRIBUIÇÕES AO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO**

Como contribuições ao profissional da educação, construímos algumas dicas para identificação, diagnóstico e intervenção da SI, conforme apresentam os quadros de 1 a 5 abaixo:

Quadro 1 - Identificação: sintomas da Síndrome de Irlen

<ul style="list-style-type: none"> <li>o Irritabilidade;</li> <li>o Olhos lacrimejando;</li> <li>o Náuseas;</li> <li>o Desmaios;</li> <li>o Sente sono ao ler;</li> <li>o Vê as palavras saindo do papel, embaçadas, distorcidas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Não consegue se concentrar;</li> <li>o Sensibilidade à luminosidade;</li> <li>o Dificuldade de manter a atenção;</li> <li>o Restrição do campo visual;</li> <li>o Ardência no olho.</li> </ul>
--	---

Fonte: Autor.

Quadro 2 - Fique atento(a) ao comportamento do aluno

<ul style="list-style-type: none"> <li>o Faz sombra com as mãos ou com o corpo ao escrever;</li> <li>o Não consegue escrever do quadro;</li> <li>o Pula linhas quando lê e se perde;</li> <li>o Coloca o dedo no texto para não se perder;</li> <li>o Cansa-se depois de 10 a 15 minutos de leitura;</li> <li>o É desastrado;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Esfrega e pisca os olhos excessivamente;</li> <li>o Dificuldade em manter-se na linha ao escrever;</li> <li>o Dores de cabeça, náuseas;</li> <li>o Não gosta de participar de jogos com bolas;</li> <li>o Isola-se dos colegas;</li> <li>o Fica constrangido ao ler em voz alta.</li> </ul>
--	--

Fonte: Autor.

### Quadro 3 - Diagnóstico: Meu aluno tem os sintomas da Irlen, o que fazer?

- o Orientar os pais no encaminhamento de um exame oftalmológico;
- o Verificar se existe algum caso na família com dificuldade de leitura;
- o Orientar os pais a procurarem um *screeener*;
- o Orientar na procura de uma equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicopedagogo, psicólogo).

Fonte: Autor.

### Quadro 4 - Intervenção da Síndrome de Irlen

- o Realizar o teste com um oftalmologista para descartar doenças e erros refracionais;
- o Realizar testes com um *screeener* e depois no Hospital dos Olhos em Belo Horizonte, MG;
- o Usar *overlay*;
- o Usar óculos com filtragem seletiva.

Fonte: Autor.

### Quadro 5 - O que fazer após o diagnóstico e intervenção da Síndrome de Irlen

**Forneça subsídios necessários para a interação do aluno como:**

<ul style="list-style-type: none"> <li>o Material impresso em papel colorido sem fundo brilhante com letras e espaçamento entre linhas maiores;</li> <li>o <i>Slides</i> com fundos mais escuros;</li> <li>o Não colocar o aluno sentado próximo à luminosidade excessiva;</li> <li>o Promover a utilização dos filtros (<i>overlay</i>) e óculos com filtragem seletiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Explicar para a turma a respeito da síndrome pedindo colaboração de todos os colegas;</li> <li>o Diminuir o conteúdo de leitura;</li> <li>o Disponibilizar um tempo maior para término das atividades;</li> <li>o Optar por provas orais, trabalhos em grupos;</li> </ul>
---	--

Fonte: Autor.

O educador, “empoderado” pelas contribuições supracitadas, pode contribuir para uma melhor qualidade de vida social e educacional das pessoas com SI.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler é aprender a reler o mundo de diversas maneiras e em cada uma delas ressignificar a aprendizagem. O educador é um elo potencializador entre o letramento e a aquisição da leitura crítica, dialógica e problematizadora da realidade. Nessa complexidade da capacidade de leitura é que se faz necessário um olhar atento, na busca por diversas informações, no sentido de compreender que, ao ensinar, é preciso se inteirar dos contextos sociais, econômicos e educacionais nos quais está inserido.

Com essa pesquisa, corroboramos que o ato de ler é um processo complexo, uma vez que ele depende de funções relacionadas ao movimento ocular, ligadas ao córtex visual e processual da criança. A dificuldade de leitura apresentada por alunos pode ser um indicativo de sintomas de defasagem no processamento visual, sendo acarretadas pela SI, sendo que uma das

manifestações é desconforto visual tendo como consequência as distorções, quando há leitura em fundo branco, provocadas pela hipersensibilidade à luz, causando irritabilidade e lacrimejamento nos olhos, déficit de atenção, enxaquecas, náuseas, desmaios, entre outros.

Este transtorno pode vir a acarretar a defasagem escolar e, sem intervenção, tem potencial de contribuir com a evasão escolar, transtornos emocionais e psicológicos relacionados ao ato de aprender a ler. Considerando essa análise, o conhecimento dos profissionais da educação a respeito da SI auxilia os alunos que possuem dificuldades de leitura a superar os desafios impostos pela síndrome, minimizando os efeitos que um diagnóstico tardio pode trazer aos indivíduos em idade escolar.

Aos educadores interessados na SI e ou em se tornarem *screeener* (especialista que detecta a Síndrome de Irlen), essa pesquisa aponta o curso DARV do Hospital dos Olhos em Belo Horizonte, como alternativa para uma formação mais especializada.

Mesmo que a legislação específica da Educação Especial não contemple a SI, os autores Faria (2011), Guimarães (2013; 2016), Mazzotta (2011) e Mantoan (2015) nos instigam a refletir sobre a necessidade de ultrapassar as barreiras do que está ou não prescrito, de analisar criticamente nossas práticas e a realidade. Dessa forma, é que entendemos a potencialidade do “diferente” em contribuição com a inclusão escolar.

Fato é que, além de incluir, é necessário ter uma “consciência social inclusiva” para sermos capazes de nos formar professores inclusivos. Entendermos quem é o aluno, porque ele precisa de ajuda, e quais caminhos possíveis a serem trilhados de forma a possibilitar uma inclusão integrada aos processos educacionais quanto à socialização, autonomia, emancipação e criticidade. Nesse sentido, contribuimos com os educadores em uma proposta de visibilização, identificação e orientação quanto a SI.



A partir de informações sobre identificação e diagnóstico da SI, baseando-se na convivência com seus alunos, acreditamos que o educador tem a possibilidade de perceber o grau de aprendizagem de cada um deles contribuindo para orientar famílias a buscar mais informações visando melhorar a vida socio educacional das pessoas com SI. Faz-se necessária a capacitação desses profissionais, para identificar possíveis discentes que apresentem dificuldades de leitura, bem como a implantação de políticas públicas rumo a detecção da SI na população brasileira, contribuindo para o engajamento de educadores nessa luta por direitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Declaração de Salamanca:** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha: 10 a 7 jun. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

FARIA, Laura Nequini. **Frequência da Síndrome de Meares-Irlen entre alunos com dificuldades de leitura observadas no contexto escolar.** Dissertação de Pós-Graduação em Neurociências do Instituto de Ciências

Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, MG: 2011. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-962H8G/pdf\\_disserta\\_\\_o\\_laura\\_versao\\_final\\_18\\_01\\_2012\\_revisto\\_leonor\\_0\\_.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-962H8G/pdf_disserta__o_laura_versao_final_18_01_2012_revisto_leonor_0_.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 out. 2018.

GUIMARÃES, Márcia Reis. **Síndrome de Irlen**. Fundação dos Olhos, Belo Horizonte, MG, [entre 2000 e 2011]. Disponível em: <<http://fundacaoholhos.com.br/artigos/sindrome-de-irlen-dra-marcia-guimaraes/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

GUIMARÃES, Márcia Reis; GUIMARÃES, Izabela Reis. **Aprendizagem e leitura: Síndrome de Irlen**. XXVI Encontro Nacional de Professores do PROEPRE. Fev. 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Marcia\\_Reis\\_Guimaraes/publication/301543532\\_Aprendizagem\\_e\\_Leitura\\_\\_Sindrome\\_de\\_Irlen/links/57180dc208aed43f63220a83/Aprendizagem-e-Leitura-Sindrome-de-Irlen.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcia_Reis_Guimaraes/publication/301543532_Aprendizagem_e_Leitura__Sindrome_de_Irlen/links/57180dc208aed43f63220a83/Aprendizagem-e-Leitura-Sindrome-de-Irlen.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2019.

GUIMARÃES, Márcia Reis; GUIMARÃES, Ricardo. **Avaliação da Visão Funcional em Distúrbios de Aprendizagem: O papel do oftalmologista nos déficits de visão e aprendizagem**. Postado em: 20 abr. 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/301530964\\_Avaliacao\\_da\\_Visao\\_Funcional\\_em\\_Disturbios\\_de\\_Aprendizagem\\_\\_O\\_Papel\\_do\\_Oftalmologista\\_nos\\_Deficits\\_de\\_Visao\\_e\\_Aprendizagem](https://www.researchgate.net/publication/301530964_Avaliacao_da_Visao_Funcional_em_Disturbios_de_Aprendizagem__O_Papel_do_Oftalmologista_nos_Deficits_de_Visao_e_Aprendizagem)>. Acesso em: 15 out. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.